Pequenas cidades e centralidades geográficas no Salgado Paraense: uma análise a partir da pesca artesanal em Vigia, Curuçá e Marapanim – PA

DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3127

Josenilson Melo[1], *Márcio Douglas Brito Amaral*[2]

Resumo

A marginalização da região do Salgado Paraense ao longo dos principais contextos econômicos da Amazônia contribuiu para uma formação socioespacial muito particular. A inserção das cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim, em vista da multidimensionalidade da pesca, assume um caráter de complexidade na rede urbana. O objetivo do artigo é analisar a maneira como essas pequenas cidades participam da rede urbana a partir da pesca artesanal, atividade expressa em múltiplas centralidades. A metodologia se deu pela revisão bibliográfica de cunho histórico-geográfico e de caráter teórico com vistas ao ajustamento da pesquisa aos conceitos abordados, além da realização de trabalhos de campo nas três cidades. A hipótese apresentada é de que essas pequenas cidades participam da rede urbana de maneira complexa, onde apenas o esquema de sua inserção pela centralidade econômica é insuficiente em vista da formação socioespacial da região, principalmente ao considerar a pesca como atividade multidimensional, compreendendo as cidades em questão no âmbito da centralidade socioterritorial.

PALAVRAS-CHAVE: pequenas cidades, centralidade socioterritorial, pesca artesanal, Amazônia, rede urbana.

1 Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor do Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA). E-mail: jsmnilson@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1158-0002.

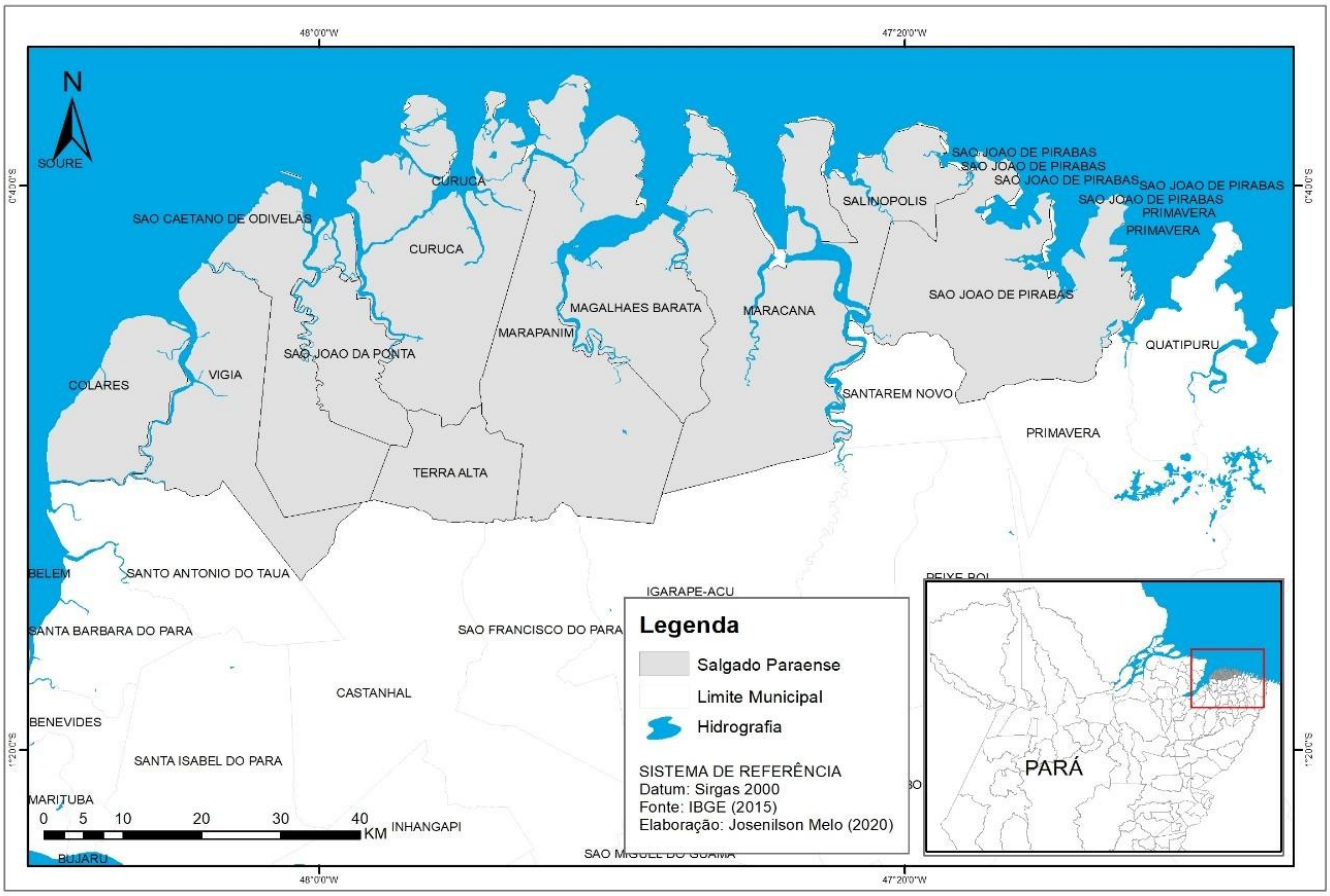
2 Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marcioamaral29@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2094-3044.

Introdução

A pesca tem sido uma atividade fundamental de subsistência e comércio ao longo da história social da Amazônia (LOUREIRO, 1983). A região do Salgado Paraense é uma microrregião localizada no litoral da mesorregião do Nordeste do Pará, formada pelos municípios de: Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia (Figura 1), e foi colonizada ainda no século XVII.

A atividade pesqueira é fundamental para as cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim, já que envolve grande parte de seus habitantes direta ou indiretamente. A pesa possui grande importância, pois, além de fornecer uma dieta alimentar básica, ela sustenta práticas culturais e lúdicas envolvendo o sagrado-religioso, o que a torna multidimensional nessas cidades (LOUREIRO, 1983; FURTADO, 1987; SOUZA, 2010).

Figura 1. Mapa de localização do Salgado Paraense e municípios



Fonte: IBGE (2019); Elaboração: Autores (2020).

A hipótese levantada é de que a participação das cidades do Salgado Paraense na rede urbana é complexa e não pode ser completamente explicada apenas pela centralidade econômica, devido à formação socioespacial da região[3]. Isso é

3 Trata-se de uma região onde os ciclos econômicos da Amazônia – a borracha no fim do século XIX e início do século XX e a fronteira econômica da década de 1960 - não

especialmente verdadeiro considerando a pesca como uma atividade multidimensional, que projeta essas cidades em múltiplas escalas geográficas, regionais, nacionais e até mesmo globais (LOUREIRO, 1983; FURTADO, 1987; SOUZA, 2010).

Para a análise em questão, é útil considerar a proposta de Santos e Silveira (2003) sobre o território usado. Essa abordagem enxerga o território como uma constante tensão na busca por seus diferentes usos por vários indivíduos, seja para formação de solidariedades organizacionais ou orgânicas. Portanto, o território usado não se restringe aos fluxos econômicos, mas também inclui outros propósitos, como possíveis alternativas de desenvolvimento.

A forma de relacionamento na rede urbana também não se limita aos aspectos hegemônicos, pautados na centralidade econômica. Importa considerar também centralidades outras, que deem conta de fluxos não mediados por elementos indutores da modernidade, como apresenta a perspectiva da centralidade socioterritorial (TRINDADE JR., 2018). Cabe dessa maneira considerar também aspectos de cunho político e cultural que ganham força no território, manifestos inclusive nas pequenas cidades do Salgado Paraense e mesmo a partir delas.

O artigo está estruturado em três tópicos. O primeiro trata da formação socioespacial do Salgado Paraense, destacando sua ligação com a ocupação europeia na Amazônia. Aborda mudanças e permanências culturais, políticas e geográficas ao longo do tempo. O isolamento da região foi rompido no século XX com estradas, trazendo novas dinâmicas e integração regional, contrastando com a marginalização anterior.

O segundo tópico aborda o papel das pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim na rede urbana do Salgado Paraense. Ele analisa os fluxos de trabalho principal e relacionamentos empresariais entre essas cidades, utilizando índices de intensidade de deslocamento e dados sobre empresas. A análise considera a influência empresarial e a hierarquia urbana, enfocando a importância das atividades pesqueiras nas pequenas cidades.

O terceiro tópico trata da centralidade socioterritorial de Vigia, Curuçá e Marapanim na rede urbana a partir da pesca. A atividade pesqueira influencia a economia, cultura e política, com a pesca moldando essas cidades, além das reservas extrativistas que também impactam a centralidade. Em resumo, a análise considera interações entre fatores econômicos, culturais, políticos e geográficos.

A análise do que é proposto na pesquisa passa pela necessidade de considerar elementos na busca de evidenciar o real em mais de uma perspectiva de investigação, tanto a centralidade econômica da inserção das pequenas cidades na rede urbana quanto à centralidade socioterritorial, e é o que buscamos no presente artigo.

---

ocorreram in loco. Dessa maneira as atividades tradicionais de pesca e agricultura de roçado mantiveram junto aos habitantes relações muito antigas, se expressando em manifestações religiosas, culturais e políticas.

A formação e caracterização socioterritorial do Salgado Paranaense

A formação socioterritorial do Salgado Paraense está intimamente ligada à própria história de ocupação da Amazônia pelos colonizadores europeus, principalmente o português, no contexto do estabelecimento de 'suas posses' no Novo Mundo. Infere-se que a região do Salgado Paraense é de colonização antiga e que pode ser compreendida a partir de certas mudanças e permanências estruturais das mais diversas formas: cultural, política e geográfica (enquanto um quadro físico), são aspectos compreendidos a partir da longa duração, na concepção de um tempo lento (BRAUDEL, 1965).

A análise do período compreendido entre os primeiros estabelecimentos humanos, decorrentes da colonização portuguesa à expansão dos núcleos agrícolas, no âmbito da economia gomífera no fim do século XIX, mostra que a região não foi alvo direto das principais dinâmicas econômicas vividas na Amazônia, mantendo as atividades de pesca, coleta e agricultura de roçado. As localidades do litoral possuíam frágil integração com o restante da região, resultando em certo isolamento e na conformação de relações muito particulares, dependentes da agricultura de roça e da pesca artesanal, compondo aspecto importante para essas populações do ponto de vista de seu micromundo (FURTADO, 1987).

O final do século XIX marca de vez o início do chamado '*boom*' da borracha, a valorização desse produto para a produção de pneumáticos e o surgimento do processo de vulcanização contribuíram fundamentalmente para isso. Dessa forma, iniciou-se uma busca frenética no sentido de estruturar a produção regional através de diversas ações, tais como, o aumento de contratos com linhas de navegação a vapor, a chegada de imigrantes como mão de obra e também para colonização, principalmente de nordestinos, aberturas de linhas de crédito para o financiamento da produção e investimentos de capital nacional e estrangeiro (CORRÊA, 1987; RIBEIRO, 2017).

A região do Nordeste Paraense, ai incluído o Salgado Paraense, não participava do processo econômico da borracha da mesma maneira que outros contextos regionais da Amazônia, ainda que ocorresse a extração da matéria prima do produto em algumas localidades dessa região, a sua participação não era relevante (LEANDRO; SILVA, 2012), entretanto, a questão do abastecimento de Belém, que via seu espaço urbano crescer cada vez mais, aparece como aspecto determinante para essa porção da Amazônia durante esse período.

A região do Nordeste Paraense foi submetida a processos de colonização promovidos pelo Estado com o objetivo de suprir a crescente demanda da cidade de Belém. O plano de estabelecer uma colonização agrícola abrangente no Nordeste Paraense foi realizado através da construção de uma ferrovia que conectaria a região, havendo ramificações que ligariam áreas específicas à linha ferroviária principal. No entanto, algumas dessas ramificações não foram efetivadas, como aquelas planejadas para alcançar as localidades costeiras do Salgado Paraense. Essa falta de concretização resultou em limitações significativas na integração regional dessas áreas (LEANDRO; SILVA, 2012).

Assim como a estrada de ferro possibilitou o surgimento de diversos núcleos de assentamentos para colonização, entre a bacia do rio Guamá e o litoral paraense, no fim do Século XIX e início do Século XX, a expansão rodoviária, conectou localidades antes atingidas muito precariamente pelos ramais da estrada de ferro - outras apenas indiretamente, como o Salgado Paraense.

Em certo sentido, o isolamento econômico do Salgado Paraense é rompido pelo eixo rodoviário, a partir de meados do século XX, inserindo-o em novas escalas de relacionamento e dotando seus núcleos de novas dinâmicas. As localidades do litoral paraense, em especial do Salgado Paraense, passam a se inserir e a serem capturadas por um processo dinâmico, com a expansão das rodovias de articulação regional e nacional, em contrapartida à sua participação marginalizada nos 'ciclos econômicos' anteriores, que limitaram a existência dessas localidades à marginalização frente às dinâmicas regionais pretéritas.

O papel das pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim na rede urbana

A importância de alguns nós da rede urbana no Salgado Paraense já foram consideradas em outro momento (MELO, 2020), levando em conta: as infraestruturas urbanas existentes, as dinâmicas econômicas, os fluxos para trabalho principal, escola e/ou creche e os destinos prioritários para residência desses municípios em curto prazo, evidenciados pela migração de data fixa.

Nesse momento, apresentaremos apenas os dados dos fluxos de trabalho principal e o de relacionamento empresarial. Para a análise dos deslocamentos para trabalho utilizaremos o Índice de Intensidade do Deslocamento Temporário (IIDT) para verificar de maneira comparativa a intensidade dos relacionamentos entre os municípios. O grau de intensidade é obtido pela divisão do número de pessoas que se deslocou pela população do município de origem do deslocamento, multiplicado por 1 mil. Seguimos, pela observação do Quadro 1, para a avaliação das interações espaciais pelos fluxos para trabalho principal entre os municípios do Salgado Paraense.

Quadro 1. Fluxos absolutos para Trabalho principal e IIDTT entre os municípios do Salgado Paraense em 2010

Origem \ Destino	Curuçá		Marapanim		Salinópolis		São João de Pirabas		Vigia	
	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT	Fluxo	IIDTT
Colares	-	-	-	-	-	-	-	-	55	4,83
Curuçá	-	-	99	2,88	-	-	-	-	-	-
Magalhães Barata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maracanã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marapanim	90	3,38	-	-	-	-	-	-	-	-
Salinópolis	-	-	-	-	-	-	176	5,11	-	-
São Caetano de Odivelas	-	-	-	-	-	-	-	-	57	3,37
São João da Ponta	16	3,03	-	-	-	-	-	-	-	-
São João de Pirabas	-	-	-	-	231	11,18	-	-	-	-
Terra Alta	-	-	33	3,21	-	-	-	-	-	-
Vigia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Organização própria. Fonte: AFP (2011a).

Com base no Quadro 1, pode-se dizer que Curuçá e Marapanim são as únicas cidades que recebem e estabelecem fluxos de trabalho com dois municípios. Os índices desses fluxos são similares: 3,38 para Curuçá e 2,88 para Marapanim. Isso indica uma relação de complementaridade entre elas. Curuçá também recebe fluxos de São João da Ponta (3,03) e, Marapanim, de Terra Alta (3,21). Vigia recebe fluxos de São Caetano (3,37), que por sua vez recebe de Vigia (1,87), mostrando alguma interação na rede urbana.

Outro elemento de análise importante consistiu nos relacionamentos empresariais dessas pequenas cidades na rede urbana. A análise levou em conta as cidades sedes das empresas e suas filiais localizadas em outros municípios, como observado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2. Empresas ativas na JUCEPA em 2019 com sede em Vigia, Curuçá e Marapanim (PA)

Municípios com filiais de empresas de Vigia	Número de empresas
Belém	6 empresas
São Caetano de Odivelas	3 empresas
Colares, Bragança e Santa Isabel do Pará	2 empresas
Ananindeua, Itaituba, Marituba, Igarapé-Miri, Castanhal, Santo Antônio do Tauá, Portel e Salvaterra.	1 empresa
Municípios com filiais de empresas de Curuçá	**Número de empresas**
Belém	3 empresas
Castanhal, Marapanim, Igarapé-Açu e Terra Alta	2 empresas
Marabá	1 empresas
Municípios com filiais de empresas de Marapanim	**Número de empresas**
Belém	1 empresa
Igarapé-Açu	1 empresa

Fonte: Junta Comercial do Estado do Pará (2019). Elaboração: Autores (2019)

É possível observar que as principais articulações empresariais de Vigia se dão na direção de Belém e com as cidades de São Caetano de Odivelas e Colares, revelando a centralidade que Vigia exerce na rede urbana do Salgado Paraense. Curuçá conta com a presença de suas empresas em Marapanim e Castanhal, cidades com quem mantém fluxos importantes. Marapanim, por seu turno, apresenta maior fragilidade do ponto de vista da influência empresarial, com apenas duas empresas em outros municípios.

Ao considerar a rede urbana do Salgado Paraense como um todo, podemos observar que Vigia, Curuçá, Marapanim e Salinópolis são os principais nós da rede, destacando-se nos dados coletados e organizados. Além desses, Maracanã e São João de Pirabas também se destacaram na rede urbana, oferecendo serviços básicos para a população de seus próprios municípios e até mesmo de outros.

No entanto, em relação a Colares, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta e Terra Alta, podemos notar a grande precariedade das infraestruturas urbanas nesses espaços. Além disso, esses municípios estão inseridos em dinâmicas de dependência muito fortes na rede urbana em relação aos seus principais nós, como Belém, Castanhal e, em certa medida, Igarapé-Açu.

Essa análise é importante, pois trata da maneira como as pequenas cidades e os centros locais se relacionam do ponto de vista da hierarquia urbana. Neste sentido é que se parte para a análise das circunstâncias de inserção na rede urbana por Vigia, Curuçá e Marapanim enquanto pequenas cidades. O principal aspecto de projeção delas é a partir da atividade pesqueira, levando em conta o seu caráter multidimensional, onde a atividade encontra sentido não apenas do ponto de vista econômico, mas também socioterritorial.

Centralidades geográficas e as diferentes inserções de Vigia, Curuçá e Marapanim na rede urbana por meio da pesca

Com a reestruturação produtiva, em consequência da expansão e do reordenamento da divisão do trabalho, as pequenas cidades são inseridas em novas demandas na rede urbana, agora ligadas à lógica da competitividade, e por isso, passam a manifestar novas centralidades. As novas interações e integrações espaciais se dão principalmente pela refuncionalização dos centros, no caso os das pequenas cidades, e disso decorre a criação, apropriação e circulação do valor na rede urbana viabilizadas por funções específicas desempenhadas por esse tipo de cidade (CORRÊA, 1999).

A relação entre o espaço urbano e rural é importante para entender as pequenas cidades na atualidade. Elas mudaram de função com a subordinação das atividades agrícolas à reprodução ampliada. Essas cidades já tinham relações com o campo, agora, elas buscam se inserir competitivamente na rede urbana, emergindo uma economia competitiva. Para isso, elas precisam se adequar aos novos requisitos da norma política das empresas (SANTOS, 1999).

No Salgado Paraense, é preciso considerar também a formação socioterritorial dessas cidades. Elas têm sociabilidades importantes e horizontais que contrastam com a perspectiva hegemônica. Elas são espaços que não se limitam às formas e normas impostas, mas que abrigam relações que fogem ao uso permitido do tempo (LEFEBVRE, 2008).

A discussão aqui levantada não defende as pequenas cidades do Salgado Paraense como lugares de reprodução de relações alheias aos ditames da divisão do trabalho hegemônico, mas reconhece a força e o conteúdo das relações preexistentes que coexistem com as novas. Essas relações podem ser harmônicas e/ou conflituosas.

Percebe-se o potencial das sociabilidades horizontais que essas cidades possuem, negando o aspecto unilateral das relações hegemônicas para as pequenas cidades do Salgado Paraense. Com o intuito de sustentar essa visão, discutiremos a partir da pesca artesanal a constituição de solidariedades orgânicas e organizacionais (SANTOS, 1998) nessas cidades.

Elegemos aspectos para a análise que contribuem, de um lado, para integração à dinâmica hegemônica e que tem nessas cidades apenas um suporte espacial para a acumulação, e, de outro lado, elementos que nos permitam falar de uma coesão urbano-regional através de práticas, normas e objetos que reforcem relações de proximidade e contiguidade que seguem um caminho de integração regional alternativa.

Doravante, lançamos mão de uma proposta de classificação da rede urbana a partir de elementos da centralidade socioterritorial, que acreditamos ser particular a essas cidades.

Um determinado tipo de pequena cidade, principalmente, aquele considerado como tradicional, são fecundos do ponto de vista de relações culturais fortes (TRINDADE JR., 2013), nos ajudando a compreender de qual tipologia tratamos quando discutimos Vigia, Curuçá e Marapanim como pequenas cidades, cuja formação socioespacial evidencia uma 'estratigrafia' social muito antiga e que exerce força nas relações que tentam subjugá-las.

A organização e inserção de Vigia, Curuçá e Marapanim na rede urbana

Importa agora contextualizar essas cidades na rede urbana, considerando o comércio, a indústria e os serviços ligados à pesca. Em Vigia, destaca-se o grande número de empreendimentos voltados para a comercialização de itens relacionados à pesca, atendendo tanto a demanda local quanto a demanda regional dos barcos de outros que atracam na orla da cidade, uma vez que Vigia é uma referência na pesca regional.

Por outro lado, em Curuçá e Marapanim, a obtenção de equipamentos para pesca geralmente não ocorre localmente, mas sim na metrópole de Belém ou por meio de indivíduos que prestam serviços de importação. Em Vigia, no entanto, há um

setor comercial forte dedicado à venda de produtos da pesca, com uma expressão espacial significativa.

No que diz respeito aos serviços relacionados à pesca em Vigia, chama a atenção, em alguns estabelecimentos e residências, os contatos relacionados à prestação dos mais diversos serviços, desde o fornecimento de materiais de pesca até assistência jurídica para questões como solicitações de aposentadorias rurais. Em Marapanim e Curuçá, essa característica não se torna evidente ao ponto de se expressar na paisagem urbana.

A dimensão industrial de Vigia e Curuçá se amplia a partir do setor pesqueiro. Em Vigia, a indústria de pesca ECOMAR impulsiona a economia do município e agrega uma série de outras indústrias complementares, como as fábricas de gelo, que também atendem aos pescadores artesanais. A atuação da empresa abrange diferentes escalas, tanto nacional quanto internacionalmente.

Em Curuçá, a indústria pesqueira é representada pela COPRIMAR, que lida com pescados de água doce e salgada, e cuja sede está localizada em Campinas (SP), com atuação na China, Estados Unidos, Hong Kong e Uruguai, segundo o portfólio do site da empresa.

Ao longo da orla de Vigia, há um número significativo de fábricas de gelo, enquanto em Curuçá, elas estão localizadas nas proximidades de um importante distrito da cidade, chamado de Abade, onde também ocorre a presença desses equipamentos, atendendo à grande demanda dos pescadores das duas cidades e de outras regiões que atracam ali. Essa indústria é fundamental para a atividade pesqueira, uma vez que o gelo, juntamente com o óleo diesel, são os principais insumos utilizados.

Marapanim não possui a mesma expressão que Vigia e Curuçá no que diz respeito à pesca industrial, apesar de abrigar uma fábrica de gelo na vila de Vista Alegre, zona rural do município. No entanto, Marapanim não possui uma empresa de processamento de pescados como as outras duas cidades mencionadas.

Considerando o comércio, os serviços e a indústria em Vigia, Curuçá e Marapanim, podemos observar que cada uma dessas variáveis se manifesta de forma diversa, estabelecendo interações espaciais na rede urbana. O comércio dessas cidades atende principalmente à sua população local, com pouca abrangência do ponto de vista da rede urbana, porém, influenciando a zona rural e áreas vizinhas.

O comércio e a produção industrial de Vigia, Curuçá e Marapanim acabam sendo modestos do ponto de vista da geração de fluxos regionais. Essas cidades possuem um porte e uma diversificação limitados em relação ao atendimento local.

Além da ECOMAR, em Vigia, o Cadastro Central das Empresas (CEMPRE) registra a presença de outras empresas ligadas à produção pesqueira. Para efeitos de comparação, apresentamos importantes nós da rede urbana do Nordeste Paraense no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3. Atividades industriais de Vigia, Curuçá e Marapanim ligadas à pesca segundo o CEMPRE (2020)

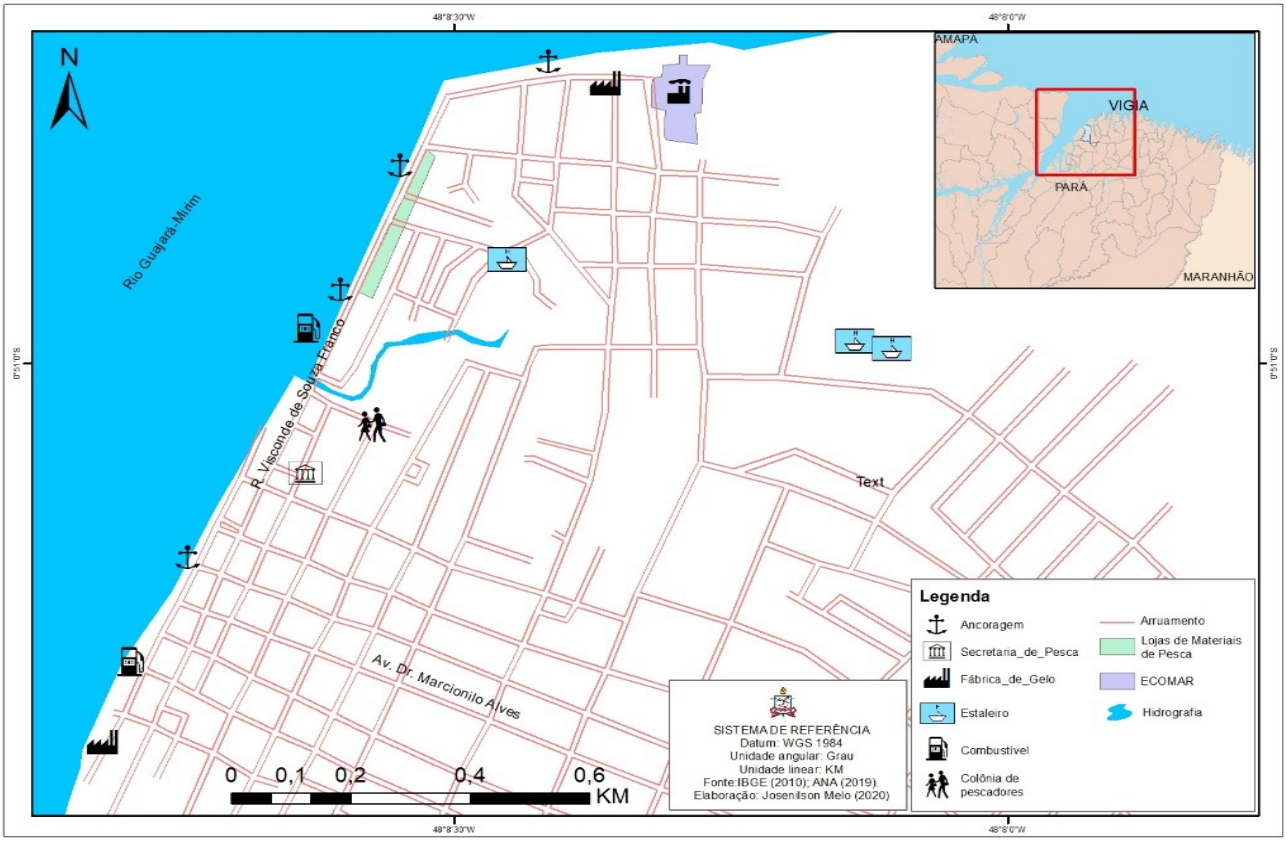
Empresas na área de pesca / Municípios	Pesca em água salgada	Pesca em água doce	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	Fabricação de artefatos para pesca e esporte
Belém	23 empresas	3 empresas	24 empresas	-
Bragança	7 empresas	-	7 empresas	-
Capanema	-	-	-	-
Castanhal	-	-	-	-
Curuçá	-	-	1 empresa	-
Marapanim	-	-	-	-
Vigia	7 empresas	-	4 empresas	-

Fonte: Cadastro Central das empresas (2020). Elaboração: Autores (2022).

Também é relevante mencionar a participação de Belém como capital estadual, concentrando atividades e serviços regionais importantes, assim como Bragança, que possui um considerável polo pesqueiro regional. Castanhal e Capanema, por sua vez, geram fluxos regionais significativos, mas não têm expressão na variável industrial pesqueira.

Vigia desempenha um papel central na rede urbana devido à sua relevância na pesca. A geração de fluxos a partir de Vigia abrange serviços, comércio e indústria. A centralidade da cidade na pesca é evidenciada no espaço urbano por meio dos agentes envolvidos na produção. Elementos espaciais marcam a paisagem da cidade, onde a orla (vide Figura 4) é setorizada pelos serviços, incluindo comércio e indústria. A projeção de Vigia na rede urbana ocorre principalmente devido à sua atividade pesqueira, que também envolve instituições de educação técnica e superior.

Figura 4. Orla de Vigia e os principais objetos da pesca (2019)



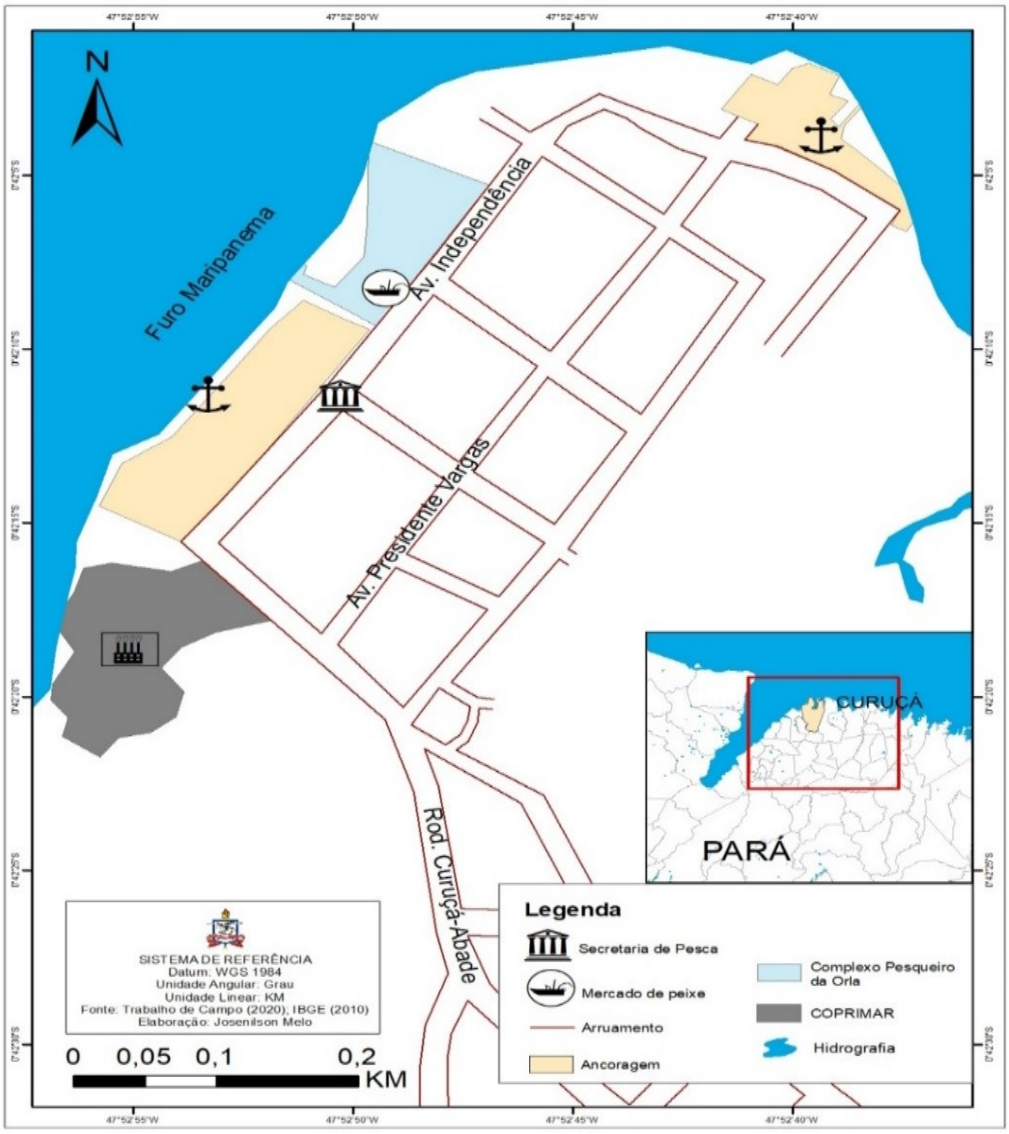
Fonte: Trabalho de campo (2018). Elaboração: Autores (2020) .

Curuçá possui uma perspectiva interescalar na pesca, abrangendo tanto a pesca artesanal quanto a industrial. A pesca artesanal se articula regionalmente, envolvendo a mobilidade da produção por meio de marreteiros[4], que utilizam automóveis como carro ou caminhões frigoríficos para distribuição nas cidades próximas ou em outros estados. No vilarejo de Abade, localizado em Curuçá, encontra-se a principal concentração intraurbana para a pesca industrial, abrigando o mercado municipal, a fábrica de gelo, a indústria da COPRIMAR e os locais de embarque e desembarque para distribuição pelos marreteiros, conforme Figura 5.

Marapanim se diferencia de Vigia e Curuçá devido à ausência de uma indústria pesqueira significativa. Destaca-se, porém, pela diversidade da pesca artesanal. Na cidade, a pesca é essencialmente voltada para subsistência de algumas famílias e não é suficiente para abastecer os mercados locais. Dessa forma, o mercado local passa a depender das vilas de Vista Alegre, Camará, além da produção de outros municípios, como Vigia e Curuçá.

Figura 5. Orla do vilarejo do Abade em Curuçá e os principais objetos da pesca (2019)

4 São sujeitos que compram o produto pescado diretamente dos pescadores e revendem, em geral, por preços bem acima nos portos e mercados locais e mesmo distantes. Por isso também são chamados de atravessadores.

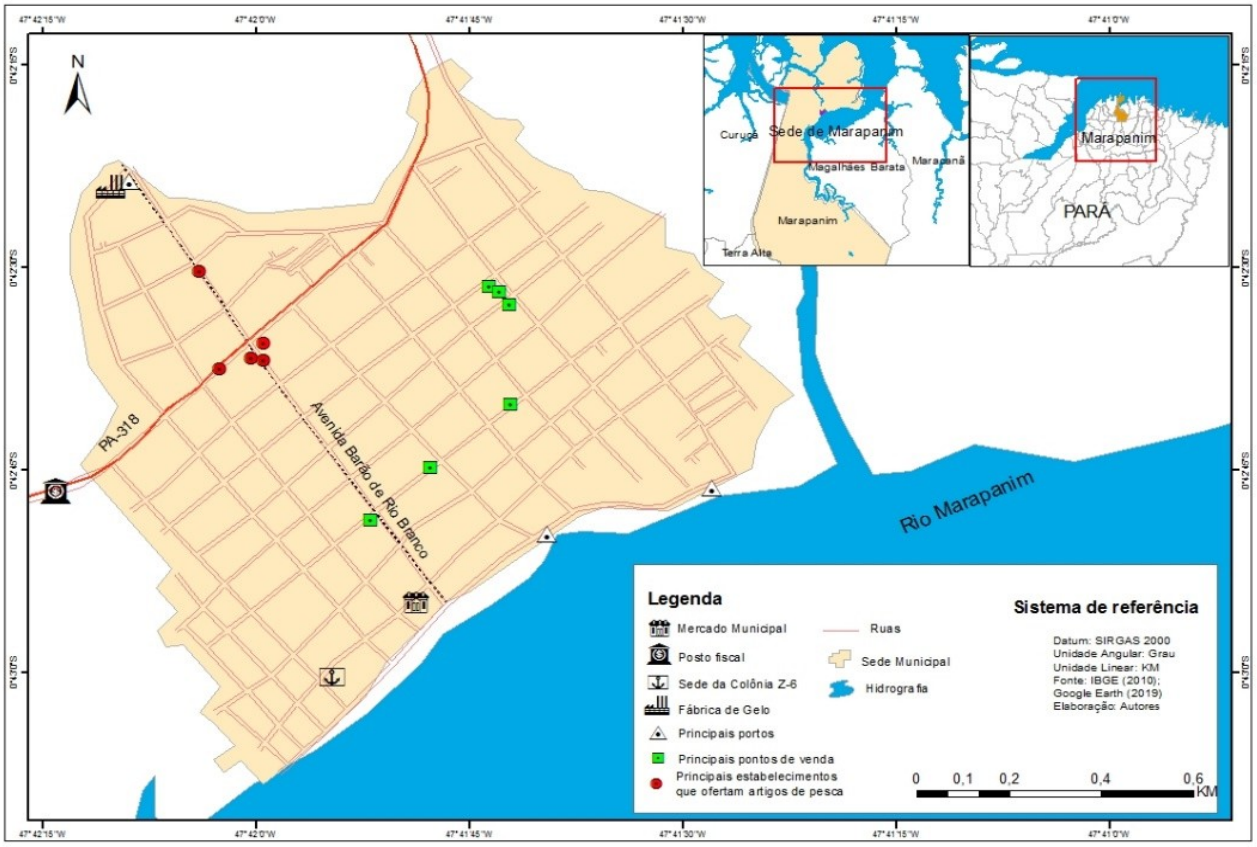


Fonte: trabalho de campo (2018). Elaboração: Autores (2020).

A organização espacial em Marapanim é dispersa, com fábricas de gelo tanto na sede quanto em Vista Alegre. Há vários pontos de desembarque nas vilas, e o tipo de pesca é bem diversificado. No distrito de Marudá, predomina a pesca por curral[5], enquanto na sede são utilizadas pequenas canoas. Em Vista Alegre, chegam barcos maiores. O município tem pouca presença em outras escalas relacionadas à pesca, sendo sua participação mais restrita à pesca artesanal nas vilas, por meio dos atravessadores.

Figura 6. Sede de Marapanim e os objetos espaciais fundamentais para a atividade pesqueira (2017)

5 Forma de pesca que se utiliza de estacas fincadas ao fundo de rios, canais e partes rasas do mar. Formam percursos para o aprisionamento do peixe, com traçados e caminhos sinuosos de maneira a dificultar a saída do animal encurralado.



Fonte: Amaral, Barbosa e Azevedo (2017). Elaboração: Autores (2020).

Busca-se encontrar a base para analisar as pequenas cidades do Salgado Paraense com um viés que dê conta do que representa melhor essas cidades nesse contexto, considerando a cultura, o enraizamento populacional antigo e as atividades econômicas tradicionais relevantes, como a pesca artesanal de rede e curral e a agricultura familiar. Elas têm uma perspectiva multidimensional, envolvendo elementos além do econômico, como o político e o cultural.

Perspectivas da centralidade socioterritorial nas pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim

O exame dos fluxos presentes nas formações socioespaciais não se limita apenas aos aspectos econômicos e políticos, pois existem dinâmicas diversas que não podem ser explicadas somente pelas centralidades econômicas e políticas, mas que devem considerar a diversidade dos fluxos. Nesse sentido, propõe-se a centralidade socioterritorial como uma das muitas outras centralidades em aberto (TRINDADE JR., 2018).

A discussão da centralidade socioterritorial é inspirada no modelo cívico do território, o que enriquece o debate sobre o território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Nesse contexto, a construção da autonomia requer o reconhecimento dos sujeitos como atores centrais na produção e nos rumos a serem seguidos em direção a um projeto que se materializa.

A construção de modelos de relações orgânicas, em que o social subordina o econômico, envolve o entendimento das horizontalidades do lugar como recurso social. No entanto, é necessário considerar também as possibilidades de acionar as verticalidades por parte das empresas como forma de ordenamento por meio da normatização 'de cima para baixo', o que pode romper com as relações de sociabilidades orgânicas, gerando tensões territoriais (SANTOS, 1999; RIBEIRO, 2003).

O território usado é a interação indissociável entre a materialidade do território e a sua imaterialidade, estabelecendo assim a continuidade da discussão da teoria crítica do espaço, mas levando em consideração a ação política (RIBEIRO, 2003). Trabalhar com a perspectiva da centralidade socioterritorial implica o reconhecimento aprofundado das realidades a serem abordadas, em que o simples levantamento estatístico e documental não é suficiente. Nesse sentido, utilizamos análises que abordam questões relacionadas às organizações locais, que são muito presentes no litoral do Salgado Paraense.

Além da expressão econômica e cultural, é necessário analisar também a organização política local, que se manifesta de diversas formas e representatividades ligadas à pesca. Em Vigia, Curuçá e Marapanim, a organização política surge diante dos desafios enfrentados pela atividade pesqueira nesses três municípios.

Um desafio presente na cidade de Curuçá diz respeito à arrecadação municipal proveniente da atividade pesqueira. Segundo a secretária de pesca a maneira como ocorre a tributação é considerada 'indevida' para o município. Isso ocorre porque o pescado é tributado nos postos fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado (SEFA) presentes em pontos estratégicos da região.

O município é responsável apenas pela tributação relacionada à manutenção do mercado de peixe, pelo uso e não pelo produto. A secretária argumenta que a Secretaria de Pesca tem mobilizado esforços para articular, por meio da Receita Federal, uma cooperação com a SEFA, visando a retenção de parte da tributação do pescado de Curuçá no próprio município.

De acordo com a secretária de pesca de Vigia, o mercado de peixe é a principal fonte de arrecadação tributária para o município, pois garante que parte das receitas provenientes da pesca permaneça na localidade, como foi identificado em Curuçá. Na verdade, foi constatada a falta de estatísticas pesqueiras no estado do Pará[6], o que indica um grande volume de desembarque clandestino, todavia, também deve-se considerar o pescado que tem como fim a subsistência.

Enfrentar os desafios relacionados à pesca artesanal envolve a necessidade de organização dos trabalhadores para acessar e fortalecer as relações horizontais nos

6 Quando foram solicitadas informações sobre a produção pesqueira à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP), para os municípios de Vigia, Curuçá e Marapanim, o órgão respondeu que muitas das informações estavam incompletas devido à interrupção do Serviço de Estatística Pesqueira com a extinção da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará (SEPAQ) em 2015.

territórios em meio às disputas. É importante analisar pelo prisma do território usado a forma de identificar e dotar de sentido as lutas que nele ocorrem.

A própria territorialidade dos pescadores, no sentido de pertencimento, implica o reconhecimento do uso dos territórios como projeto, pois compreende a preocupação com o destino, com o futuro e diz respeito à ação política (SILVEIRA, 2011). Por sua vez, a ação propriamente política possui duas exigências, sendo a primeira delas a velocidade na defesa e busca de seu objeto, e a segunda versa sobre o tempo necessário para a maturação do projeto, suas práticas e normas (RIBEIRO, 2003).

O território usado compreende um sentido multidimensional onde tudo e todos se expressam, cujo horizonte de eventos para a sua realização tem por condição as articulações no território que podem tomar forma em associativismos, sindicatos, movimentos sociais e ativismos sociais, expressando assim solidariedades orgânicas.

Dentre as funções do associativismo estão as articulações externas com movimentos sociais que atuam em diversas escalas, como ONGs, instituições de pesquisa e o próprio Estado, na busca por parcerias e financiamentos para o funcionamento institucional.

No caso de Marapanim, as experiências associativistas têm mostrado pouco êxito devido à ausência de articulações entre os pescadores, problemas de gestão, busca de vantagem material imediata e pouca preocupação com mobilização política para o enfrentamento dos desafios Isso se reflete não apenas na fala de alguns dos pescadores, mas também no relato do secretário de pesca e do presidente da colônia de pescadores de Marapanim.

Diferente de Marapanim, Vigia concentra a maioria de seus pescadores na sede do município, o que teoricamente facilitaria as articulações e mobilizações políticas locais. Segundo o presidente da colônia de Vigia, existem cerca de 4.800 filiados, sendo a maioria inadimplente, dificultando as ações da colônia, uma vez que ela se mantém através de uma mensalidade de R$ 10,00 (dez reais). Em Vigia, o regime de parceria é muito intenso, o que implica um grande envolvimento dos pescadores nessa dinâmica, competindo fortemente com qualquer forma ou tentativa de articulação política local. Isso se deve, em parte, à extenuante jornada de trabalho nas embarcações maiores, dificultando assim o tempo de participação nas reuniões para mobilização. Além disso, os pescadores assumem compromissos com os donos de barcos através de dívidas, no regime de parceria

Cabe, assim, muito mais aos pescadores de pequenas embarcações participar e integrar qualquer tipo de articulação local. Todavia, eles afirmam se sentir lesados por conta das dificuldades a respeito da emissão do Registro Geral da Pesca (RGP). O acesso a este documento facilitaria a obtenção de importantes linhas de crédito, principalmente ao Programa de Abastecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para exemplificar os possíveis benefícios em termos de linhas de crédito, o BASA (Banco da Amazônia) abriu 159 financiamentos para o PRONAF em projetos voltados

para a pesca em Vigia, entre os anos de 2009 e 2018, dos quais 2 se destinaram à categoria Embarcações Pequenas; 2 para Pesca-Captura; e 153 para a Piscicultura.

Ainda que a mobilização para a articulação local em favor da pesca seja bastante fragilizada em Vigia, os diversos momentos da atividade no cotidiano dessa pequena cidade demonstram haver sociabilidades importantes que aproximam os pescadores e as pessoas envolvidas na atividade e, dessa maneira, ajudam a compartilhar experiências e vivências, criando o que têm nos espaços públicos da cidade como importantes referências.

As relações mediadas pela pesca, e que se estabelecem nos espaços públicos de Vigia, contribuem para o fortalecimento das sociabilidades. Apesar do distanciamento e das críticas dos pescadores em relação às instituições ligadas ao Estado, como é o caso da colônia e da secretaria de pesca, estas acabam sendo parte dessa sociabilidade e permanecem como espaços onde compartilham suas insatisfações e buscam apoio para suas demandas.

Em Curuçá, boa parte das pesquisas realizadas, e que consideram as organizações e articulações políticas locais, tiveram como objeto empírico a reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá, pois desde antes de sua criação, em 2002, ocorria importante mobilização da sociedade civil, como da colônia de pescadores e da associação comunitária de pescadores artesanais de Tucumateua; do poder público municipal e parcerias com importantes centros de pesquisas, como a EMBRAPA e o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), com o intuito da viabilização da RESEX (CRUZ, 2013).

A RESEX Mãe Grande de Curuçá é gerida pelo conselho deliberativo, e este, por sua vez, é formado pelos representantes das diversas comunidades abrangidas pela RESEX e também por membros das instituições parceiras. As principais atividades desenvolvidas na reserva são a agricultura e a pesca, onde estima-se que existam mais de 6 mil pescadores (SOUZA, 2010; FERREIRA; MORAES; SIMONIAN, 2018).

A implantação das RESEX se faz acompanhar da politização dos enfrentamentos locais, a partir das atribuições assumidas pela sociedade civil na gestão de seus territórios, e isso não ocorre fora do contexto global da preocupação ambiental (TEISSERENC, 2016). Dessa maneira, a demanda por parte dos habitantes, formados em sua maioria por populações tradicionais, extrativistas, pescadores e pequenos agricultores; é uma forma de acionar as potencialidades orgânicas como organização política.

Assim como a RESEX expressa possibilidades de acionamento dos recursos políticos do território, através de suas mobilizações para a solução dos problemas e desafios, a proposição da secretária de pesca de Curuçá é a criação do conselho da pesca, que envolveria diversos atores para o fortalecimento da pesca local.

A ideia para o conselho da pesca é conseguir projetar politicamente a atividade pesqueira a partir de seus usos, de caráter fundamental para o município, tendo em

vista a força da pesca no vilarejo do Abade, onde inclusive se localizam a secretaria de pesca e o principal mercado municipal da cidade.

As mobilizações que são fundamentais para a viabilidade de modelos alternativos ao hegemônico, ou mesmo como sobrevivência face a ele, dependem de inúmeras articulações, mas para que isso ocorra é necessário que o envolvimento se dê a partir de sujeitos que conheçam a realidade local, mas que também saibam se posicionar nas mais variadas situações e imbricações (SANTOS, 1999). Somente nas articulações com diversos sujeitos, instituições e movimentos é que a luta do lugar ganha expressão política legítima. Ou seja, a centralidade socioterritorial parte dos usos do território, mas não se limita a eles e deve considerar a luta em múltiplas escalas. Ao analisarmos o papel dos sujeitos locais que buscam mobilizar engajamentos políticos a partir da pesca, fica clara a importância desses 'sábios locais' que devem estar imersos no cotidiano, mas também preparar-se para lidar com outras escalas.

Em Marapanim, durante entrevista com o secretário de pesca, ele argumentou que ocorreu tentativa de implantar um frigorífico para armazenamento na cidade como forma de enfrentar a escassez de abastecimento do pescado em épocas de grande exportação. Porém, ele se queixou de a população preferir o consumo do peixe fresco em lugar do congelado, tratando isso inclusive como um 'luxo' que dificultou a ação estratégica (Secretário de pesca de Marapanim, 20/06/2018). Ocorre, porém, que o costume da região é o consumo do peixe recém-pescado, devido ao desembarque constante da pescaria nos mais variados pontos da região. Esse elemento deve ser considerado como componente cultural importante dessas populações.

É fundamental, assim, o papel que esses agentes interculturais (CRUZ, 2013) desempenham na organização e mobilização local, mas também nas diversas articulações interescalares, projetando a luta do lugar, da pequena cidade, em múltiplas escalas em um sentido de centralidade socioterritorial. Nesse contexto, os elementos da modernidade não mediam as relações, pelo contrário, em boa parte dos casos, eles impõem desafios para o enfrentamento do lugar.

Mesmo em uma pequena cidade aparentemente pouco dinâmica, onde as formas são antigas e precárias e ocorrem atividades econômicas em condições materiais rústicas, o urbano é dinâmico. Ele assume diversidades importantes a partir de suas formações socioterritoriais e dos usos dos territórios. Quando mobilizados como ação política, podem gerir projetos alternativos que privilegiem relações de cunho social, onde o econômico não é relegado, mas se torna instrumento do fortalecimento desses projetos.

As pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim compõem, juntamente com o Salgado Paraense, um quadro particular na Amazônia. No entanto, essas pequenas cidades também são diversas entre si. Considerando apenas a atividade da pesca, podemos observar que ela difere na forma como é praticada, vivida,

mobilizada regionalmente e articulada em diversas escalas, sendo observada de maneira diversa considerando as centralidades geográficas.

Considerações finais

As pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim se inserem e são inseridas na rede urbana que se estende ao Salgado Paraense, dentro de uma complexidade e diversidade urbana importante ao considerarmos o contexto regional amazônico e até mesmo o quadro do Nordeste Paraense. A qualidade das relações estabelecidas entre os centros urbanos dessa região, tendo a pesca artesanal como pano de fundo, assume forma em aspectos econômicos e socioterritoriais diferenciados a partir de cada pequena cidade.

A complexidade das relações que atingiu esses espaços, a partir do prolongamento das rodovias, contribuiu para o aprofundamento da própria diversidade urbana que ocorre ali, pois novas dinâmicas alcançam essas cidades sem, contudo, romper com os elementos preexistentes, principalmente aqueles do imaginário local que têm na pesca elementos de referência em suas relações.

Vigia, Curuçá e Marapanim conseguem desempenhar alguma centralidade econômica, porém, de maneira desigual. Vigia e Curuçá se projetam e se inserem melhor em diversas escalas, sobretudo às regionais, enquanto Marapanim ainda enfrenta grandes dificuldades nesse sentido. Para essas pequenas cidades, a pesca é um importante elemento de centralidade econômica, mas isso não se reflete em dinamismos ou em melhor qualidade de vida para seus trabalhadores.

A expressão da centralidade pode ocorrer em mais de um sentido e por mais de um aspecto, e este é o caso da atividade da pesca artesanal. Se, em um primeiro momento, observou-se a projeção da pesca artesanal por Vigia, Curuçá e Marapanim, levando em conta suas centralidades econômicas na rede urbana; em um segundo momento, buscou-se evidenciar outras relações que projetam e conferem centralidade a essa atividade, e que possuem nessas cidades importantes expressões, ainda que de maneira desigual.

A importância do território usado para nossa análise diz respeito à consideração dos múltiplos elementos - contraditórios e/ou complementares - presentes no espaço, que compõem o quadro de suas relações. Não seria prudente, portanto, considerar uma pequena cidade a partir e tão somente de sua inserção em outras escalas, levando em conta apenas seus aspectos econômicos, reduzindo a complexidade do urbano - do encontro, confronto e tensão - a apenas uma de suas muitas manifestações. Seria ainda mais grave fazê-lo para uma pequena cidade do Salgado Paraense, onde o principal aspecto econômico de centralidade é multidimensional e, portanto, não se expressa com riqueza apenas nessa variável.

Torna-se fundamental o papel dos agentes interculturais ou 'sábios locais' na proposição de modelos alternativos ao hegemônico, ou mesmo de sobrevivência a ele. São sujeitos que assumem posições estratégicas na luta local e que ajudam a projetá-la em múltiplas escalas em um sentido de centralidade socioterritorial,

acionando os usos do território. No caso em questão, a pesca artesanal tornou-se uma atividade cara às pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim, e, por isso, apresenta potencial político de mobilização.

A consideração das centralidades geográficas das pequenas cidades de Vigia, Curuçá e Marapanim, a partir da pesca, contribui para tornar mais clara a função delas na rede urbana, ajudando a revelar a realidade que vai além dos aspectos econômicos. Verificaram-se os mais variados fenômenos do real, principalmente por se tratar de uma formação socioespacial muito particular da Amazônia, onde as relações culturais e as referências de vida estão muito ligadas à pesca e, por isso, essa atividade se manifesta de maneira multidimensional, inclusive na rede urbana.

Bibliografia

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, nº 62, 1965.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.

CRUZ, M. *Gestão de recursos pesqueiros na RESEX Mãe Grande de Curuçá*: comunidade de Arapiranga de Dentro. 2013. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2013.

FERREIRA, S.; MORAES, I. ; SIMONIAN, L. Os desafios do setor pesqueiro artesanal na resex Mãe Grande de Curuçá, Pará. In: IX CODS e II Congresso brasileiro de gestão, 2018, Belém. *Anais...* Belém: UNAMA, 2018, p. 300 – 312.

FURTADO, L. *Curralistas e redeiros de Marudá:* pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 2, 2012.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LOUREIRO, V. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social da pesca da Amazônia.* 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1983.

MELO, J. *Pequenas cidades e centralidades geográficas no Salgado Paraense:* uma análise a partir da pesca artesanal em Vigia, Curuçá e Marapanim. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2020.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. *Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará*: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente.

RIBEIRO, A. Pequenas reflexões sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, M. (Org.). *Território brasileiro: usos e abusos*, Campinas, Edições Territorial, 2003, p. 29 - 40.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: espaço e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. *O Brasil:* território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

SILVEIRA**,** M. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI - a história de um livro. *Acta Geográfica* (UFRR), v. Ed esp, p. 151 - 163, 2011.

SOUZA, C. B. G. A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. *Revista Geografar Curitiba*, v. 5, n. 1, p. 83-104, 2010.

TEISSERENC, M. Politização, Ambientalização e Desenvolvimento Territorial em Reservas Extrativistas. *Cadernos CRH* (Online), v. 29, p. 229 - 242, 2016.

TRINDADE JR., S. Das "cidades na floresta" às "cidades da floresta": espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, n. 321, p. 1 – 22, 2013.

TRINDADE JR., S. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. In: SERPA, A.; CARLOS A. (Orgs.). *Geografia urbana:* desafios teóricos contemporâneos. 1 ed. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 249 – 266, 2018.

Small cities and geographic centralities in the Salgado Paranaense: an analysis based on artifisanal fishing in Vigia, Curuçá and Marapanim – PA

The marginalization of the Salgado Paraense region throughout the main economic contexts of the Amazon contributed to a very particular socio-spatial formation. The insertion of Vigia, Curuçá and Marapanim cities in view of the multidimensionality of fishery, assumes a character of complexity in the urban network. The aim of this article is to analyze the way these small cities participate in the urban network from artisanal fisherman, an activity expressed in multiple centralities. The methodology was based on the bibliographic review of historical-geographical nature and of theoretical character with a view to adjusting the research to the concepts approached. The presented hypothesis is that the small cities of this region participate in the urban network in a complex way, where only the scheme of their insertion by economic centrality is insufficient in view of the socio-spatial formation of the region, especially when considering fishery as a multidimensional activity, comprising the cities in question in the context of socioterritorial centrality.

KEYWORDS: small cities, socioterritoral centrality, artisanal fisherman, Amazon, urban network.

Pequeñas ciudades y centralidades geográficas en salgado paraense: un análisis a partir de la pesca artesanal en Vigia, Curuçá y Marapanim – PA

La marginalización de la región del Salgado Paraense a lo largo de los principales contextos económicos de la Amazonia contribuyó para una formación socioespacial muy particular. La inserción de las ciudades de Vigia, Curuçá y Marapanim en vista de la multidimensionalidad de la pesca, asume un carácter de complejidad en la red urbana. El objetivo del artículo es analizar la manera de como esas pequeñas ciudades participan de la red urbana a partir de la pesca artesanal, actividad expresada en múltiples centralidades. La metodología se dio por la revisión bibliográfica de la huella histórico-geográfico de carácter teórico con vistas al ajuste de la pesquisa a los conceptos abordados. La hipótesis presentada es que las pequeñas ciudades de esa región participan de la red urbana de manera compleja, donde solo el esquema de su inserción por la centralidad económica es insuficiente en vista de la formación socioespacial de la región, principalmente al considerar la pesca como actividad multidimensional, incluyendo a las ciudades en cuestión dentro del ámbito de la centralidad socioterritorial.

PALABRAS CLAVE: pequeñas ciudades, centralidad socioterritorial, pesca artesanal, Amazonia, red urbana.

Artigo recebido em setembro de 2023. Aprovado em janeiro de 2024.